

MENSAGEM/528

Rio Grande, 18 de agosto de 2021

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 053 que **DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA NAS PLACAS INDICATIVAS DE NOMES DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, E DÁ DISPOSIÇÕES CORRELATAS.**

A instalação de placas indicativas de nomes de ruas e logradouros é importante para localização dos munícipes, quanto para turistas. Contudo, o orçamento público sempre é limitado, sendo importante a participação e a parceria da iniciativa privada nas hipóteses em que a mesma possa exercer papel contributivo à sociedade.

Dessa forma, é relevante que seja autorizado a concessão ou permissão comercial publicitária dos espaços, viabilizando a instalação das placas indicativas, na forma regulamentar.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos,

Respeitosamente,



FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

À Sua Excelência
Ver. **FILIPPE DE OLIVEIRA BRANCO**
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE

PROJETO DE LEI Nº 053 DE 18 DE AGOSTO DE 2021

**DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE
EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA NAS
PLACAS INDICATIVAS DE NOMES
DE RUAS E LOGRADOUROS
PÚBLICOS, E DÁ DISPOSIÇÕES
CORRELATAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber a todos que a Câmara municipal de Rio Grande aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Rio Grande autorizado a explorar o uso de espaço publicitário sobre o modelo padrão municipal de equipamento urbano, denominado PLACA DE INDICAÇÃO DE RUA ou PLACA DE NOMENCLATURA.

Art. 2º Será possível a delegação e exploração comercial de uso dos espaços publicitários e de propaganda sobre a Placa de identificação de Rua a título precário e oneroso, mediante processo licitatório observados os termos da Lei.

I – A exploração poderá ser delegada mediante concessão ou permissão do serviço público após o devido processo licitatório à empresa particular, empresas em consórcio, associações ou cooperativas, por prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado por igual período se assim interesse público se justificar.

II – Poderão habilitar-se às pessoas jurídicas que comprovem capacidade de fazer a instalação, expansão, manutenção e a exploração destes espaços.

III – Poderá o município ou empresa vencedora utilizar da exploração comercial para custeio do serviço sem, contudo, dela depender ou vincular o serviço somente à arrecadação.

Art. 3º Após a realização do processo licitatório para Permissão de Uso de que trata esta Lei, a Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança – SMMAS - deverá expedir o termo de Permissão de Uso, devendo este conter os locais, quantidades e prazos a serem cumpridos para a instalação das referidas placas.

Art. 4º As placas serão colocadas nas ruas e logradouros públicos indicados pelo Poder Executivo Municipal, devendo obedecer as especificações técnicas dispostas no anexo único da presente Lei.

Parágrafo único: A administração Pública poderá, mediante decreto do Executivo, regular as especificações técnicas porventura omissas nesta Lei.

Art. 5º Só será considerado e permitido o modelo de Placa de Identificação de Rua, para fins de permissão de uso publicitário, o equipamento que atender integralmente o proposto no anexo

único, no que se refere as dimensões (tamanho que permita a sua leitura e visualização), materiais, cores, texturas e demais especificações.

Parágrafo Único: A tarifa do serviço público prestados será fixado pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas em lei, no edital e contrato ou por meio de decreto do Executivo quando for o caso.

Art. 6º A permissão de Uso para explorar comercialmente a placa de identificação de Rua será condicionada ao fornecimento das mesmas, bem como a instalação, manutenção, limpeza e substituição quando se fizer necessária, com todos os ônus para o Município ou licitante vencedora.

Parágrafo Único: Fica expressamente proibida a divulgação comercial de marcas de bebidas, cigarros, exploração e comércio sexual ou quaisquer outros produtos nocivos a saúde ou contrários a Lei e aos bons costumes.

Art. 7º É defeso à concessionária/permissionária vencedora do processo licitatório público referido nesta Lei, transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a outro patrocinador o objeto licitado sem a devida permissão formal da Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança – SMMAS.

Art. 8º Em caso de delegação, findo o contrato que se utilize de Publicidade sobre a Placa de Identificação de Rua, todo acervo relativo ao objeto do edital que lhe deu origem ou instalado no decurso do serviço passará automaticamente para posse e propriedade do Município de Rio Grande, sem quaisquer ônus ou direito à indenização de qualquer natureza.

Art. 9º A Prefeitura do Município do Rio Grande ou a permissionária, quando houver delegação, fica obrigada a manter, sob suas expensas, os postes e placas em perfeito estado de conservação, obrigando-se a corrigir ou substituir total ou parcialmente aqueles em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções além de expandir o serviço de forma a abranger o maior número de logradouros possível.

Art. 10 A Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança – SMMAS, deverá apresentar planta de localização das áreas urbanas onde as placas serão instaladas, estabelecendo o número máximo de placas disponíveis a esta modalidade de exploração de propaganda, cujo ato será homologado por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: Uma vez aprovada uma Lei denominando (criando ou alterando) logradouros públicos, deverá ser remetida cópia da mesma para que o órgão Municipal e/ou a permissionária responsável providencie a colocação da placa de nomenclatura no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento.

Art. 11 O Município do Rio Grande, por suas Secretarias Municipais, definidas por decreto Executivo deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações pelas pessoas jurídicas permissionárias, notificando-as por escrito de quaisquer irregularidades de uso da Placa de identificação de Rua, assim como a falta de pagamento de eventual tarifa fixada.

Parágrafo Único: Será aplicada multa por infrações em caso de não cumprimento ao disposto neste artigo de acordo com a gravidade da infração, de 01 (um) a 100 (cem) UFM's no prazo de 30 (trinta) dias do prazo estipulado, havendo revogação da concessão em caso de reincidência.

**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 12 A Prefeitura do Município de Rio Grande /RS não terá qualquer responsabilidade, tampouco responderá solidariamente com a permissionária, por qualquer litígio Civil ou Criminal que haja nas relações comerciais dessa com terceiros por força dessa permissão, devendo contar essa advertência em todos os contratos eventualmente celebrados entre a permissionária e terceiros.

I – O Município do Rio Grande não será responsável por quaisquer danos ou indenizações que eventualmente venham a ocorrer a terceiros, decorrentes de atos das permissionárias, de seus representantes, empregados, prepostos ou seus equipamentos.

II - Caberá à permissionária, a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, da implantação e manutenção da Permissão que trata a presente Lei.

III – O Município poderá disponibilizar área institucional por comodato para criação e manutenção de placas.

Art. 13 Ficam revogadas as Leis Municipais nº 5.248/1998 e 5.663/2002, respeitando o direito adquirido.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 18 de agosto de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/DATC/PREVIRG/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

ANEXO

Memorial Descritivo das placas de indicadores de Logradouros Públicos do Município do Rio Grande/ RS (PLACAS DE ESQUINAS)

- Estrutura principal: tubo de secção circular de 2", em aço galvanizado a fogo e parede 3,91mm
- Placas de indicadores de Logradouros: Capa galvanizada a fogo com espessura de mínima de 2mm, com medidas (LxA) 600mm x 300mm, pintada eletrostaticamente na cor Azul Del Rei.
- Placas de publicidade: Chapa galvanizada a fogo e parede com espessura mínima de 2mm, ou outro material similar, de elevada resistência a corrosão e intempéries, medindo(LxA)700mm x 500mm. Estas placas poderão receber apliques que ultrapassem no máximo 100mm, de sua medida original.
- Os suportes das placas de publicidade, assim como as braçadeiras do suporte das placas de logradouros, inclusive seus parafusos, porcas e arruelas, deverão receber acabamento anticorrosivo.
- As letras, algarismos e faixas que compõe as placas de logradouros públicos, deverão ser confeccionados em adesivo vinílico de alta performance que resista a intempéries por pelo menos 5 (cinco) anos.